10º CONGRESSO

CNA E AGRICULTURA FAMILIAR

CNA
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

PRODUÇÃO. ALIMENTAÇÃO. SOBERANIA.

VILA REAL . TEATRO MUNICIPAL

15 . NOVEMBRO . 2026



RESOLUÇÃO

WWW.CNA.PT

Proposta de Resolução do 10º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar

Produção. Alimentação. Soberania

Índice

1. **Introdução** 3
2. **Soberania Alimentar** 5
3. **PAC e as suas reformas** 6
4. **Rendimento: custos, preços e medidas de apoio** 9
5. **Apropriação dos recursos: terra, água, sementes** 14
6. **Ambiente e alterações climáticas: a defesa do modelo agroecológico** 15
7. **Rejuvenescimento na agricultura** 17
8. **Valorização da mulher agricultora** 18
9. **Digitalização e novas tecnologias** 20
10. **A importância da Agricultura Familiar no território** 21
11. **Direitos Camponeses e Estatuto da Agricultura Familiar** 22
12. **Floresta** 24
13. **Baldios** 27
14. **Organização, solidariedade e luta pelo futuro da Agricultura Familiar** 28

Proposta de Resolução do 10º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar

Produção. Alimentação. Soberania

1. Introdução

O 10º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar realiza-se num tempo de grandes desafios e profundas incertezas para os agricultores, para o Mundo Rural e para o País.

Nas últimas décadas, as políticas agrícolas nacionais e da União Europeia aprofundaram um modelo assente na liberalização dos mercados, na concentração da terra, da produção e dos apoios, no crescente poder do agronegócio e da grande distribuição e numa cada vez maior dependência dos mercados internacionais. O resultado está à vista: desapareceram milhares de explorações agrícolas, particularmente pequenas e médias, agravou-se o despovoamento e o envelhecimento dos territórios rurais e aumentaram as dificuldades de quem continua a trabalhar e a produzir.

A instabilidade internacional, as guerras e a especulação vieram expor ainda mais as fragilidades deste modelo. Os agricultores enfrentam custos de produção elevados e instáveis, baixos preços pagos pelos seus produtos, crescente burocracia e fenómenos climáticos extremos cada vez mais frequentes, ao mesmo tempo que lhes são exigidas novas responsabilidades económicas, sociais e ambientais.

Produzir alimentos não é uma actividade económica qualquer. É uma função essencial à sociedade e à soberania do País. Quem produz alimentos, cuida da terra e da água, mantém populações e actividade económica nos territórios, preserva paisagens e biodiversidade e contribui para um Mundo Rural vivo tem de poder viver dignamente do seu trabalho. A Agricultura Familiar tem precisamente um papel determinante na criação de emprego e rendimento, na produção de alimentos de proximidade e na coesão social e territorial.

Por isso, Produção, Alimentação e Soberania não são palavras separadas. São partes do mesmo combate.

Não há Soberania Alimentar sem produção nacional.

Não há produção sem agricultores.

E não haverá agricultores sem rendimento, direitos, acesso à terra e à água, serviços públicos e políticas agrícolas que valorizem quem efectivamente trabalha e produz.

A Agricultura Familiar, que representa a esmagadora maioria das explorações agrícolas portuguesas e assegura a maior parte do trabalho agrícola, tem de deixar de ser tratada como uma realidade do passado. É parte essencial da resposta aos desafios do futuro.

É preciso, por isso, mudar de rumo.

Mudar uma Política Agrícola Comum (PAC) que continua a favorecer a concentração dos apoios. Regular os mercados e garantir preços justos à produção. Defender a terra, a água e as sementes. Apoiar os jovens que querem ser agricultores e valorizar o papel das mulheres agricultoras. Defender a floresta, os baldios e as comunidades que deles cuidam. Revitalizar o Mundo Rural e garantir serviços públicos de proximidade. Promover um modelo agroecológico capaz de responder às alterações climáticas sem colocar sobre os pequenos e médios agricultores o peso de problemas que não foram eles que criaram.

O 10º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar assume este desafio com a experiência acumulada de quase cinco décadas de propostas, intervenção, organização e luta.

Esta Resolução não pretende apenas fazer o diagnóstico dos problemas. Afirma alternativas, apresenta reclamações e aponta um caminho. Um caminho que coloca no centro aqueles que trabalham a terra, produzem os alimentos e mantêm vivos os territórios.

Num tempo em que nos querem convencer de que o desaparecimento dos pequenos e médios agricultores é inevitável, afirmamos precisamente o contrário:

Portugal precisa de mais agricultores, de mais produção nacional e de uma Agricultura Familiar mais forte.

Precisamos de políticas que garantam rendimento e futuro a quem produz, que revitalizem o Mundo Rural e que devolvam ao País capacidade para decidir sobre a sua agricultura e a sua alimentação.

Produzir é um direito. Alimentar o povo é uma necessidade. Construir a Soberania Alimentar é uma escolha política e uma luta que temos de continuar.

2. Soberania Alimentar

O conceito de Soberania Alimentar foi definido por La Via Campesina na 1ª Cimeira Mundial da Alimentação promovida pela ONU / FAO, há 30 anos, em Novembro de 1996, porque o Movimento Camponês Mundial considerava que era e é necessário ir mais além da "Segurança Alimentar" adoptada pela Cimeira, que considera que ela existe quando todas as pessoas têm, a qualquer momento, acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer as suas necessidades dietéticas.

A Segurança Alimentar definida pelos governos e as iniciativas da ONU, como a Agenda 2023 e os ODS (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável) em 2015 não consegue resolver o problema da fome, que persiste, havendo no mundo cerca de 673 milhões de pessoas que passaram fome em 2024 (cerca de 8,2% da população mundial).

Não resolve porque está focada apenas em fazer chegar comida às pessoas, sem ter em conta como é produzida, onde é produzida e quem a produz e em que condições, o que levou ao poderio quase absoluto de um punhado de grandes conglomerados internacionais como o ABCD (as norte americanas ADM, Bunge e Cargill e a francesa LDC) que dominam 70% do comércio mundial de grãos alimentares.

Fertilizantes, agro-químicos, medicamentos veterinários, máquinas agrícolas, sementes, processamento de alimentos e bebidas, comércio global de cereais, distribuição, estão concentrados num cada vez mais pequeno número de grandes empresas e fundos de investimento.

A produção agrícola está cada vez mais dependente dos mercados de futuros ao serviço da acumulação de lucros, cada vez mais industrializada, mais concentrada e deslocalizada,

a propriedade da terra açambarcada por grandes companhias. Só na União Europeia (UE), em quinze anos, foram eliminadas 5 milhões de explorações agrícolas.

Em Portugal, as políticas dos sucessivos governos de "produzir para exportar" ou "produzir para o mercado", colocam a alimentação da população dependente do grande agro-negócio e de importações que, em 2025, ultrapassaram 17,6 mil milhões de euros, enquanto as terras produtivas são cada vez mais apropriadas por companhias do agronegócio capitalista para exportação de culturas intensivas e super-intensivas, com valor muito aquém das importações. Em 2025, o défice da balança agro-alimentar atingiu os 6.256,6 milhões de euros, o que representou um agravamento de 1.150,1 milhões de euros face ao ano anterior.

Tais políticas que estão a provocar a dependência alimentar, a eliminação de milhares de explorações, o despovoamento de territórios, a redução da biodiversidade, o esgotamento de recursos naturais, o agravamento das assimetrias regionais, têm de ser travadas.

A Agricultura Familiar, a CNA, tem levantado a bandeira da Soberania Alimentar, mas ela é uma luta de toda a população, principalmente das classes mais desfavorecidas, enquanto direito dos povos de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo, definir alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, colocar aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, acima dos interesses do mercado e das empresas.

Deste 10º Congresso da CNA afirmamos que, para enfrentar e inverter a dependência alimentar que condiciona a nossa soberania, é necessário novo rumo para uma mudança de políticas públicas.

3. PAC e as suas reformas

As sucessivas reformas da Política Agrícola Comum confirmaram aquilo que a CNA vem denunciando há décadas: a PAC tem servido um modelo de agricultura assente na liberalização dos mercados, na concentração da produção e dos apoios e no favorecimento dos interesses do grande agronegócio, em prejuízo dos pequenos e médios

agricultores, da Agricultura Familiar e do desenvolvimento equilibrado do território nacional.

Os resultados deste caminho são claros. Desde que a PAC começou a ser aplicada em Portugal, desapareceram mais de 400 mil explorações agrícolas, sobretudo de pequena e média dimensão. Não se trata de uma inevitabilidade do desenvolvimento ou da modernização da agricultura. É consequência de opções políticas que empurram milhares de agricultores para o abandono, acelerando a concentração da terra e da produção, o despovoamento e o empobrecimento económico e social de vastas regiões do País.

A modernização e os ganhos de produtividade não se traduziram numa melhoria correspondente dos rendimentos. Os agricultores produzem mais eficientemente, suportam custos superiores e exigências ambientais e burocráticas crescentes, mas continuam sujeitos a preços baixos à produção que os asfixia financeiramente. A progressiva destruição dos mecanismos de regulação do mercado deixou o agricultor entregue ao poder da agro-indústria e da grande distribuição, que determinam preços e condições comerciais. O valor criado ao longo da cadeia alimentar continua, assim, a ser distribuído de forma profundamente injusta.

A injustiça repete-se na distribuição das ajudas. Em 2025, as explorações muito pequenas representavam 61% dos beneficiários, mas recebiam apenas 13,6% dos apoios. Pelo contrário, grandes e muito grandes explorações correspondiam a pouco mais de 4% dos beneficiários e concentravam cerca de 39% das ajudas. No conjunto, as explorações muito pequenas e pequenas são 88% dos beneficiários, mas recebem apenas 36,9% dos pagamentos. O pagamento médio ultrapassa os 116 mil euros nas explorações muito grandes, contra apenas cerca de 1.553 euros nas muito pequenas.

Esta realidade desmonta o discurso de uma PAC orientada para quem mais precisa de apoio. A PAC continua a distribuir demasiados recursos em função da dimensão e da superfície e não em função do trabalho, da produção, do rendimento dos agricultores ou do contributo económico, social e territorial das explorações.

É perante este balanço que surge a nova proposta para a PAC pós-2027, não para romper com esta política, mas para aprofundar muitos dos seus problemas. Para Portugal, o

envelope previsto passa dos actuais 9.782 milhões de euros para 7.429 milhões, menos 2.353 milhões de euros, uma redução nominal de 24,1%. Considerando a inflação e a perda de valor do dinheiro, a redução real pode vir a chegar a 42,8% face ao montante necessário para manter a capacidade financeira da actual PAC.

A CNA não aceita que, quando os agricultores enfrentam aumentos brutais dos custos de factores de produção, baixos preços à produção, impactos cada vez maiores das alterações climáticas e dificuldades de renovação geracional, a resposta da União Europeia seja retirar recursos à agricultura e à produção de alimentos para financiar outras prioridades. Não há menos dinheiro no Orçamento da União Europeia, há sim uma transferência e inversão de prioridades e esta orientação traduz uma escolha política: desinvestir na agricultura e canalizar recursos para outras áreas, nomeadamente a indústria do armamento. Tirar do prato para financiar a Guerra.

Igualmente grave é a proposta de integração da PAC num fundo único, fazendo a agricultura concorrer pelos mesmos recursos com outras políticas. A CNA rejeita a diluição da PAC nos chamados fundos de coesão e exige a manutenção de um orçamento agrícola próprio, autónomo e reforçado em termos reais. A alimentação dos povos, a Soberania Alimentar e o rendimento de quem trabalha a terra não podem ficar dependentes da competição entre prioridades orçamentais.

Também não aceitamos que a chamada simplificação seja utilizada para impor mais centralização e burocracia. A experiência do PEPAC demonstra o contrário: dezenas de intervenções, mais de uma centena de medidas com centenas de indicadores para cumprir, num sistema altamente complexo que penaliza especialmente as pequenas explorações, com menos capacidade técnica e administrativa para aceder aos apoios.

A CNA rejeita, por isso, uma nova reforma que mantenha o essencial da velha política. Não bastam alterações cosméticas feitas de sete em sete anos. É necessária uma verdadeira mudança de rumo.

A CNA exige uma PAC com orçamento próprio e reforçado em termos reais, fora de qualquer fundo único; uma política de regulação dos mercados e preços remuneradores à produção, com combate efectivo às práticas comerciais desleais e à compra abaixo dos

custos de produção; ajudas destinadas aos agricultores que efectivamente produzem e trabalham a terra; aplicação efectiva da modulação e do plafonamento das ajudas, limitando a concentração dos fundos; reforço do pagamento redistributivo e do pagamento aos pequenos agricultores; limitação dos apoios a empresas dominadas por fundos de investimento; reforço das verbas para investimento nas pequenas e médias explorações e para o desenvolvimento rural; apoio à instalação de jovens agricultores garantindo que esses apoios cheguem à Agricultura Familiar; elegibilidade integral das áreas dos baldios; e medidas ambientais que valorizem sistemas produtivos sustentáveis, diversificados e adaptados aos territórios, em vez de servirem para "esverdear" modelos produtivos que degradam o meio ambiente.

A PAC tem de deixar de financiar a concentração e o abandono e passar a servir quem produz e trabalha a terra. Tem de garantir rendimento, produção nacional, coesão territorial e Soberania Alimentar. Portugal precisa de mais agricultores, e não de uma política que continue a expulsá-los da terra.

Esta PAC tem de mudar. A proposta para o pós-2027, porque corta recursos, não resolve a injustiça na distribuição das ajudas e mantém a liberalização dos mercados, não serve os pequenos e médios agricultores, não serve a Agricultura Familiar e não serve Portugal. A CNA rejeita este caminho e continuará, com os agricultores, a lutar por uma outra PAC e por uma outra política agrícola nacional.

4. Rendimento: custos, preços e medidas de apoio

A defesa do rendimento dos agricultores, em particular dos pequenos e médios agricultores e da Agricultura Familiar, continua a ser uma questão central para o futuro da agricultura portuguesa. Sem rendimento não há agricultura, não há renovação geracional, não há produção nacional, nem há Mundo Rural vivo.

Passados quatro anos sobre o 9º Congresso da CNA, mantêm-se muitos dos problemas então denunciados e surgiram outros que os agravaram. A escalada dos custos iniciada em 2021 no contexto da pandemia, e acentuada com a guerra na Ucrânia, atingiu níveis incomportáveis. Na altura, o gasóleo agrícola chegou a mais do dobro do valor do início de 2021, os fertilizantes registaram aumentos que, em alguns casos, chegaram aos 300%,

os pesticidas aos 200%, enquanto rações, electricidade e gás pesavam cada vez mais nas contas das explorações. A Resolução do 9º Congresso denunciava já que uma parte destes aumentos resultava de dinâmicas especulativas e exigia a regulação dos mercados e preços máximos para factores essenciais à produção.

A evolução posterior confirmou que o problema não era conjuntural. Apesar de alguns factores terem recuado relativamente aos picos anteriores, os agricultores não recuperaram o rendimento perdido e continuam sujeitos a uma enorme instabilidade dos preços. Os dados do INE mostram bem esta realidade contraditória: entre 2022 e 2025 diminuíram as despesas com alimentos para animais, adubos e energia, mas os produtos fitossanitários ficaram 19,4% mais caros; o consumo intermédio da agricultura portuguesa continuava, em 2025, acima dos 7.500 milhões de euros.

Em 2026, a situação agravou-se novamente. Com a guerra contra o Irão, o preço do gasóleo agrícola aumentou cerca de 30% em menos de três semanas, enquanto as perturbações no fornecimento internacional desencadearam nova escalada nos fertilizantes e ameaçaram repercutir-se nos restantes factores de produção. Perante esta situação, a CNA exigiu medidas imediatas, incluindo compensações sobre o gasóleo agrícola, controlo efectivo do mercado energético, fixação de preços máximos, compras conjuntas de fertilizantes e outros factores de produção e combate à especulação.

Não estamos perante números abstratos. Cada cêntimo a mais no gasóleo, cada aumento dos fertilizantes, das rações, da energia, dos fitofármacos, das sementes, dos equipamentos ou dos serviços é rendimento retirado aos agricultores que não encontram correspondência nos preços pagos pela sua produção.

Só em combustíveis, os agricultores terão suportado em 2026 dezenas de milhões de euros de custos adicionais. A CNA estimou, em Julho, que o acréscimo da factura energética já ultrapassava 60 milhões de euros, enquanto o apoio público tinha uma dotação de apenas 10 milhões. Nos fertilizantes registaram-se novos aumentos que chegaram a ultrapassar 40%. A medida inicial anunciada pelo Governo tinha uma dotação de somente 20 milhões de euros, à qual foram recentemente acrescentados outros 40 milhões.

Esta diferença entre custos reais e apoios anunciados revela uma política sistematicamente insuficiente. O Governo anuncia milhões, muitas vezes somando num mesmo pacote verbas da PAC, apoios já existentes, medidas compensatórias e verdadeiras ajudas extraordinárias, enquanto os agricultores continuam a pagar antecipadamente os factores de produção e a esperar meses pelos apoios.

Mas o problema fundamental do rendimento dos agricultores não pode ser resolvido apenas através de subsídios e medidas extraordinárias. Os apoios são indispensáveis para responder a situações excepcionais, mas uma política agrícola que obriga sistematicamente o agricultor a depender de compensações porque o mercado não lhe paga justamente aquilo que produz é uma política condenada ao fracasso.

A questão central continua a estar nos preços à produção.

Durante décadas aprofundou-se a desregulação dos mercados agrícolas, ao mesmo tempo que aumentava a concentração da transformação, da comercialização e, sobretudo, da grande distribuição. O resultado é profundamente desigual: milhares de agricultores, individualmente com reduzido poder negocial, enfrentam grandes grupos económicos que condicionam preços e condições de compra.

Em 2026, às intempéries e ao aumento dos custos dos factores de produção juntaram-se novamente descidas dos preços pagos ao produtor no leite, na carne de porco e na batata, dificuldades de alimentação dos animais devido à falta de pastagens e forragens e problemas no sector do azeite relacionados com a entrada de produto proveniente do Norte de África.

Não é aceitável que os custos subam imediatamente para o agricultor, mas o preço do seu produto permaneça esmagado. Não é aceitável que baixem os preços à produção e as grandes superfícies não só não mexam um cêntimo como alarguem as suas margens de lucro. E não é aceitável que sejam os agricultores o elo da cadeia obrigado a absorver sucessivamente os aumentos dos combustíveis, fertilizantes, energia e restantes factores de produção.

A liberalização do comércio agroalimentar e o progressivo abandono da regulação pública dos mercados transferiram poder dos agricultores para os grandes operadores económicos. O mercado, deixado por si próprio, não distribui justamente o valor criado na cadeia alimentar. Favorece quem tem capacidade financeira e poder negocial para impor as suas condições e pouco mais de 20% de todo o valor gerado na fileira é que fica com o agricultor.

É preciso inverter esta política.

A CNA exige medidas para baixar custos e garantir preços remuneradores.

A CNA defende uma política pública de formação e regulação dos preços agrícolas, que assegure aos agricultores o direito a receber pela produção um preço capaz de cobrir os custos, remunerar o trabalho e permitir o investimento e a continuidade das explorações. Não aceitamos uma agricultura em que produzir mais significa, demasiadas vezes, acumular mais prejuízo.

A CNA reclama:

- preços justos e remuneradores à produção, que tenham efectivamente em conta a evolução dos custos dos factores de produção;
- reforço dos mecanismos públicos de regulação dos mercados agrícolas, contrariando décadas de liberalização e desregulação;
- proibição efectiva da compra de produtos agrícolas abaixo dos custos sustentáveis de produção e reforço do combate às práticas comerciais desleais;
- mecanismos públicos e transparentes de acompanhamento dos custos de produção, preços à saída da exploração, preços na transformação e preços ao consumidor, tornando visível onde ficam as margens ao longo da cadeia;
- intervenção firme sobre os mercados da energia e dos combustíveis, nomeadamente através de preços máximos em situações de escalada especulativa e apoios ao gasóleo agrícola que correspondam à evolução real dos custos;
- medidas de apoio aos fertilizantes e outros factores de produção proporcionais aos aumentos efectivamente suportados, incluindo mecanismos de compras conjuntas (com papel do Estado) que reforcem o poder negocial dos agricultores;

- combate à especulação nos factores de produção e ao aproveitamento das crises para maximização de lucros, com fiscalização e intervenção pública efectivas;
- apoios extraordinários rápidos, simples e devidamente financiados perante crises energéticas, secas, intempéries, doenças ou perturbações graves dos mercados, evitando que os agricultores suportem durante meses despesas que deveriam ser compensadas;
- reforço das ajudas aos pequenos e médios agricultores e à Agricultura Familiar, através de mecanismos redistributivos, evitando que sejam precisamente aqueles que dispõem de menor capacidade para absorver aumentos de custos os que recebem menos apoios;
- reforço das compras públicas de produção local e da Agricultura Familiar, designadamente no abastecimento de escolas, hospitais, cantinas e outras instituições públicas, garantindo mercado e escoamento aos produtores;
- defesa e valorização da produção nacional, reduzindo dependências externas em produtos agrícolas e factores estratégicos para a produção.

Os agricultores não querem viver de esmolas, de anúncios ou de apoios que chegam tarde e nunca compensam integralmente aquilo que perderam. Querem viver dignamente do seu trabalho e da sua produção.

Defender o rendimento dos agricultores significa enfrentar interesses económicos poderosos, combater a especulação, regular os mercados, limitar o poder da grande distribuição e garantir que uma parte justa do preço pago pelos consumidores chega efectivamente a quem produz.

Produzir alimentos não pode ser uma actividade permanentemente deficitária. Portugal não pode exigir aos agricultores que produzam mais, protejam o ambiente, mantenham o território ocupado, previnam incêndios, preservem paisagens e garantam a Soberania Alimentar enquanto lhes nega condições económicas para continuar a produzir.

É preciso mudar de política. Baixar os custos de produção, garantir preços justos, regular os mercados e assegurar apoios adequados aos pequenos e médios agricultores e à

Agricultura Familiar são condições indispensáveis para defender o rendimento, aumentar a produção nacional e garantir o futuro da agricultura portuguesa.

5. Apropriação dos recursos: terra, água, sementes

A vida de quem trabalha a terra depende em grande medida do acesso a recursos naturais, sendo a terra, a água e as sementes recursos fundamentais para os agricultores.

Nos últimos anos, manteve-se a tendência para a concentração da terra. A área média das explorações duplicou em 25 anos. Manteve-se também o encerramento de muitas pequenas e médias explorações, enquanto aumentou o número de explorações detidas por sociedades, sobretudo entre as que têm mais área.

A apropriação da terra por grandes grupos económicos, e fundos de investimento em que predominam capitais estrangeiros alheios à agricultura, prossegue de forma acelerada. A par da intensificação da disputa pela terra por usos não agrícolas, em particular, para a instalação de painéis solares, o resultado destas dinâmicas é um encarecimento sem precedentes da terra cultivável, tendo-se registado aumentos de preços da ordem dos 200% face aos praticados há poucos anos.

Contraditoriamente, o modelo agrícola imposto pela PAC e pelas políticas dos sucessivos governos portugueses acentua o abandono e o subaproveitamento da terra, ao mesmo tempo que promove a especialização e a monocultura superintensiva em extensas áreas.

O acesso à terra, recurso fundamental para produzir, como aliás reconhece a Constituição da República, está assim bastante dificultado. A única resposta deste e de outros governos tem sido procurar espoliar os pequenos proprietários, responsabilizando-os inclusive pelos danos provocados pelos incêndios rurais. Continuamos a repudiar esta orientação.

Apesar das manobras propagandísticas deste Governo, os grandes investimentos na capacidade de armazenamento de água e no regadio continuam com uma execução muito aquém do necessário e até do programado. Na realidade, a política deste Governo favorece a apropriação da água pela agricultura intensiva, ligada aos tais grandes grupos económicos, muitos estrangeiros. O cenário de alterações climáticas, ao induzir uma distribuição mais irregular das chuvas, com maiores períodos de seca, agrava as condições

de acesso à água pelos pequenos e médios agricultores, pondo em causa importantes culturas vegetais e animais.

Nos últimos anos, vimos também a imposição de legislação europeia sobre as sementes e o património genético, por exemplo, com a directiva das novas técnicas genómicas (NTGs) — que mais não são do que novos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) disfarçados de inovação ecológica. Apesar da propaganda da UE, a verdade é que, a par com a ameaça de patenteação das sementes, este é mais um passo para o empobrecimento dos recursos genéticos à disposição dos agricultores, e para a apropriação deste mesmo património por parte das grandes multinacionais que controlam boa parte do comércio mundial de factores de produção.

Neste quadro de agravadas dificuldades por parte dos pequenos e médios agricultores a recursos fundamentais, a CNA reafirma a importância de garantir o acesso à terra, em especial, aos jovens agricultores e às mulheres agricultoras, de defender as terras com aptidão agrícola da concorrência por outros usos, e de regular o mercado da terra, defendendo-o da especulação.

Reafirmamos a necessidade de se concretizarem, em todo o território nacional, os importantes investimentos em infraestrutura e no regadio de que o país carece há décadas, orientando-os para facilitar o acesso à água a todos os agricultores, a um preço acessível.

A CNA mantém a rejeição da apropriação e privatização do património genético, defendendo os nossos bancos de sementes, e a possibilidade de os agricultores usarem as sementes que produzem, e as variedades que entendam.

6. Ambiente e alterações climáticas: a defesa do modelo agroecológico

As alterações climáticas e a degradação ambiental já não são ameaças distantes ou meras projecções. São uma realidade com consequências graves para todos, mas em particular para os agricultores e produtores florestais.

Recordemo-nos:

Dos incêndios rurais devastadores como aqueles que ocorreram em 2017, 2018 ou 2025;

As secas severas e prolongadas que têm levado restrições ao consumo de água, nomeadamente na agricultura, como aconteceu em 2024;

A tempestade Kristin, um dos piores fenómenos meteorológicos extremos que atingiu Portugal Continental na madrugada de 28 de Janeiro de 2026;

O "Comboio de Tempestades", no início de 2026, que provocou cheias históricas e deslizamentos de terra um pouco por todo o território;

As vagas de calor, com uma frequência, duração e intensidade sem precedentes;

As quedas de granizo cada vez mais frequentes e intensas, que ainda este ano destruíram parte da produção de cereja no Fundão.

Todos estes fenómenos têm provocado avultados prejuízos em culturas, equipamentos e estruturas, esmagando o rendimento e a viabilidade da actividade agrícola.

Esta devastação económica é dramaticamente agravada pela ausência de uma rede de protecção pública eficaz, com um sistema de seguros de colheitas profundamente deficitário e pouco abrangente e a inexistência de um seguro multirriscos para a agricultura.

Além dos prejuízos materiais directos, estes fenómenos extremos têm um impacto profundo na organização e viabilidade do trabalho agrícola, inviabilizando, por exemplo, as mobilizações do solo durante largos períodos de tempo e impondo restrições legais ao uso de maquinaria e à actividade em espaço rural por razões de risco de incêndio.

A CNA considera que as políticas de prevenção e mitigação face às alterações climáticas devem assentar, de forma inequívoca, num modelo de produção agroecológico, em ruptura e contraponto ao actual modelo agroindustrial intensivo e superintensivo — assente na monocultura, na dependência absoluta de combustíveis fósseis e na utilização maciça de fertilizantes e pesticidas de síntese que esgotam os solos e a água.

Consideramos, contudo, que a exigência de sustentabilidade não se pode esgotar no modelo produtivo e tem de abranger toda a cadeia alimentar. O modelo de comercialização tem, obrigatoriamente, de ser também mais sustentável através de uma

aposta clara no consumo de proximidade e nos circuitos curtos. Não podemos sustentar a nossa alimentação em produtos importados que percorrem milhares de quilómetros e que esmagam quem produz localmente, contribuindo para o abandono de vastos territórios.

A CNA rejeita as falsas soluções tecnológicas e as falsas soluções de mercado desenhadas pelas grandes corporações multinacionais e validadas pelas políticas da União Europeia, como o mercado de carbono no sector agrícola (*carbon farming*).

A Agroecologia e a Soberania Alimentar, assentes na Agricultura Familiar, são as respostas às alterações climáticas e à degradação ambiental, respostas essas que para além de sustentáveis, se pretendem socialmente justas e territorialmente equilibradas.

7. Rejuvenescimento na agricultura

A renovação geracional no sector agrícola constitui uma necessidade da sociedade portuguesa. Na agricultura torna-se um imperativo pois a maioria das tarefas agrícolas exigem robustez física para o seu desempenho. O risco associado ao investimento inicial, à gestão corrente e ao funcionamento permanente de uma exploração agrícola têm contribuído para que a profissão de agricultor não seja atractiva. Os dados são reveladores: na União Europeia a idade média dos agricultores é de 57 anos e apenas 12% têm menos de 40 anos. Em Portugal, a estatística é mais impactante: a idade média dos agricultores é de 64 anos e menos de 4% têm 40 anos ou menos.

O diagnóstico está feito: o condicionamento no acesso à terra, a falta de infraestruturas de apoio à população (educação, saúde, habitação, comunicações) e as dificuldades de escoamento da produção a preços compensadores são os principais estrangulamentos que, a nosso ver, inviabilizam a opção pela profissão de agricultor.

Dar visibilidade ao problema é um primeiro passo, mas é preciso mobilizar os meios financeiros e instrumentos jurídicos e fiscais necessários, bem como tomar as opções de política que promovam a produção de alimentos e a remuneração justa da actividade produtiva, aspectos fundamentais para que os jovens e os novos agricultores encontrem no sector agrícola o seu modo de vida. A capacidade para inovar e a facilidade na utilização de novas tecnologias são prerrogativas dos jovens, se a este espírito se aliar a cooperação

e a transmissão de conhecimento teremos, certamente, mais jovens agricultores actuantes nas comunidades rurais.

Portugal precisa de uma verdadeira política de rejuvenescimento do sector que não dependa só do que a PAC vai aplicando. São necessárias opções nacionais e soluções de política integradas que concedam aos jovens agricultores as melhores condições para se instalarem e manterem a sua actividade.

8. Valorização da mulher agricultora

As mulheres agricultoras têm um papel fundamental na Agricultura Familiar, na produção de alimentos, na preservação dos territórios e na Soberania Alimentar. O seu trabalho está presente nas explorações agrícolas, na criação dos animais, na transformação e comercialização das produções e, simultaneamente, na vida das famílias e das comunidades rurais.

Contudo, uma parte importante deste trabalho continua pouco reconhecida e muitas vezes invisível. O trabalho das mulheres no campo, em casa e na vida familiar permanece frequentemente desvalorizado e precarizado, com consequências no acesso a rendimento, direitos e protecção social.

A proclamação de 2026 como Ano Internacional da Mulher Agricultora pelas Nações Unidas constitui um reconhecimento da importância das mulheres nos sistemas agroalimentares, mas deve traduzir-se em medidas concretas capazes de responder às desigualdades que persistem.

Não basta reconhecer simbolicamente o contributo das mulheres. É necessário garantir-lhes direitos e condições para viver e trabalhar com dignidade.

Muitas mulheres participam diariamente no trabalho das explorações familiares sem que essa participação tenha adequado reconhecimento formal. É necessário incentivar o seu registo enquanto agricultoras e a titularidade plena ou partilhada das explorações, garantindo que o trabalho realizado se traduza em direitos próprios e numa protecção social efectiva.

A valorização das mulheres agricultoras passa necessariamente pela valorização da própria Agricultura Familiar. A falta de rendimento e os baixos preços pagos à produção atingem todos os agricultores, mas cruzam-se, no caso das mulheres, com desigualdades no reconhecimento do trabalho e no acesso aos direitos sociais. Valorizar a mulher agricultora é também garantir preços justos e uma remuneração digna do trabalho agrícola.

Ao mesmo tempo, não haverá igualdade nem condições para fixar mulheres e famílias nos territórios rurais sem serviços públicos de proximidade. O encerramento ou afastamento de serviços de saúde, educação e apoio social aumenta as dificuldades quotidianas das populações e agrava particularmente a sobrecarga familiar. É necessário reforçar a rede pública de creches, infantários, apoio domiciliário, lares e centros de dia, bem como garantir serviços de saúde e outros serviços essenciais próximos das populações.

As mulheres têm também um papel fundamental na transmissão de conhecimentos e práticas agrícolas, na preservação das sementes e variedades tradicionais, na gestão sustentável dos recursos e no desenvolvimento de modos de produção ligados à Agricultura Familiar. Por isso, são necessários apoios específicos à produção agroecológica, formação e acompanhamento técnico das agricultoras e valorização dos sistemas produtivos tradicionais.

A CNA defende, por isso:

- o reconhecimento efectivo do trabalho das mulheres agricultoras, incluindo medidas que incentivem o seu registo e a titularidade plena ou partilhada das explorações;
- a garantia de direitos sociais e protecção social próprios, adequados à realidade da Agricultura Familiar;
- pensões e prestações sociais que assegurem condições de vida dignas a quem trabalha ou trabalhou na agricultura e no Mundo Rural;
- preços justos à produção e rendimento digno, condição indispensável para a autonomia económica das mulheres agricultoras;

- reforço dos serviços públicos de proximidade, designadamente saúde, creches, infantários, apoio domiciliário, lares, centros de dia e transportes;
- acesso efectivo das mulheres aos apoios agrícolas, investimento, formação, acompanhamento técnico e instrumentos de política agrícola;
- apoio aos mercados locais, circuitos curtos e outras formas de comercialização que valorizem a Agricultura Familiar e aproximem quem produz de quem consome;
- apoio às práticas agroecológicas e valorização das sementes, variedades tradicionais e sistemas produtivos associados à gestão sustentável do território.

O Ano Internacional da Mulher Agricultora não pode ficar reduzido às comemorações de 2026. Deve constituir um ponto de partida para trazer as mulheres para o centro das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e transformar reconhecimento em direitos, rendimento, participação e melhores condições de vida.

Sem mulheres agricultoras não há futuro para a Agricultura Familiar. E sem condições para as mulheres viverem, trabalharem e participarem plenamente, não haverá rejuvenescimento da agricultura nem um Mundo Rural vivo.

As mulheres da Agricultura Familiar são uma força indispensável para o presente e para o futuro dos territórios. Valorizar o seu trabalho, garantir os seus direitos e dar força à sua participação é também defender a Agricultura Familiar, a Soberania Alimentar e o futuro do Mundo Rural

9. Digitalização e novas tecnologias

A digitalização e a implementação de novas tecnologias há muito que chegaram à agricultura, acompanhadas pelas promessas de modernização e simplificação da vida dos agricultores.

No entanto, estas promessas esbarram com a realidade, em que se mantém uma muito incompleta e pouco fiável cobertura de internet, nomeadamente nos territórios rurais. Crescem, isso sim, as imposições burocráticas aos agricultores e às suas associações, através do uso de plataformas informáticas. A prometida simplificação resultou assim

numa complexificação da vida dos agricultores, enquanto os serviços do Ministério da Agricultura ficam cada vez mais longe, vazios de funcionários e de competências.

Nos últimos anos, somaram-se as possibilidades abertas pela inteligência artificial (IA), atrelada a uma visão idealista quanto à utilização da informação, da mecanização e da robotização na agricultura e na indústria agroalimentar.

No entanto, este é um processo em que os agricultores e, mais uma vez, os pequenos e médios em particular, enfrentam diversos riscos, nomeadamente, quanto à propriedade dos dados que facultam a terceiros, a utilização que deles é feita, e ainda quanto à ampliação de processos de verticalização, concentração de terra e de poder económico nas mãos de grandes grupos económicos.

Uma questão transversal é a de que os investimentos necessários, quer em infraestrutura, quer em equipamento, quer ainda em conhecimento, são particularmente onerosos para as pequenas e médias explorações.

A digitalização e o uso de IA têm de assentar numa garantia de acesso em igualdade de condições. Para isso, são necessárias políticas públicas que aproximem os serviços de apoio técnico dos agricultores, protejam a propriedade dos seus dados e a utilização que deles é feita e simplifiquem de facto os procedimentos administrativos. Estas tecnologias têm de ter um impacto positivo nos rendimentos dos agricultores, em vez de aumentarem o desequilíbrio de poder face aos intermediários ou à grande distribuição.

10. A importância da Agricultura Familiar no território

A Agricultura Familiar mantém uma ligação profunda com o território, aportando benefícios multifuncionais reconhecidos.

O seu papel preponderante na coesão social e territorial do país é indiscutível. Sustenta o desenvolvimento e a vitalidade do Mundo Rural ao constituir fonte de emprego e rendimento, mantem paisagens, biodiversidade e património rural, produz alimentos de proximidade, dinamiza as economias locais e regionais, reproduz cultura e fixa a população no interior.

No entanto, assiste-se ao encerramento de explorações agrícolas, ao despovoamento e envelhecimento das zonas rurais, à saída de jovens e população em idade activa em busca de melhores condições de vida, somando-se o desmantelamento de serviços públicos essenciais como escolas, transportes ou centros de saúde.

Também na origem da extensão e violência dos incêndios rurais radica a ruína da Agricultura Familiar, modelo de produção que, conjugando a atividade agro-pecuária com as florestas, cria mosaicos de vitalidade no território, servindo de barreira à progressão dos violentos incêndios.

A falta de resposta do Governo e do Ministério da Agricultura à progressão de espécies invasoras e aos prejuízos causados por animais selvagens – como javalis, corços e lobos (espécie protegida), entre outros – e dos quais os agricultores ou não são, ou são tardiamente compensados, é outro factor que muito contribui para a redução dos rendimentos da actividade agrícola, levando muitos pequenos e médios agricultores a deixar de produzir.

A CNA defende que só com a Agricultura Familiar a produzir e a dinamizar um conjunto vasto de actividades conexas, com rendimentos dignos, será possível manter o Mundo Rural vivo.

Com outras e melhores políticas públicas, orientadas para a valorização, apoio e desenvolvimento de muitas e mais explorações agrícolas familiares e com serviços públicos de qualidade e proximidade será possível rejuvenescer e revitalizar o território de forma justa e equilibrada, garantir uma vida digna a quem vive e trabalha no campo e fortalecer a coesão social e territorial do país.

11. Direitos Camponeses e Estatuto da Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar representa em Portugal 94% das explorações agrícolas e assegura 80% do volume de trabalho agrícola. Apesar deste peso, enfrenta um sistema produtivo e alimentar que cada vez mais concentra a propriedade.

O sistema predador do grande capital agro-alimentar, cada vez mais o financeiro, os fundos de investimento, são responsáveis pela degradação do ambiente e das condições

de vida e de trabalho das populações rurais, particularmente a Agricultura Familiar, fazendo aumentar a miséria, a fome e a subnutrição.

Portugal, com sucessivos governos, acompanha esta submissão aos grandes interesses.

Com a Revolução do 25 de Abril acendeu-se a esperança numa vida melhor no campo, esmagada pela pressa de entrar na CEE, mesmo com prejuízo do nosso tecido produtivo e da nossa soberania.

Desde então, se alguma coisa melhorou, muitas outras têm piorado.

Há 25 anos, a Via Campesina iniciou a luta sobre os Direitos Camponeses e, em Dezembro de 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração da ONU sobre os Direitos Camponeses e outras Pessoas que trabalham em Zonas Rurais, a UNDROP, subscrita por Portugal.

No nosso país, foi a CNA que tomou a iniciativa da defesa dos direitos camponeses desde a sua fundação e, em 2014, Ano Internacional da Agricultura Familiar, no 7º Congresso da CNA, aprovou a Proposta de Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa, que levou à publicação do Decreto-Lei do Estatuto da Agricultura Familiar, em Agosto de 2018, que consagra a sua importância, a define e lhe confere direitos próprios.

Nesta luta, a CNA, em parceria com outras entidades, desenhou a Proposta do Plano de Acção Nacional para a Década da Agricultura Familiar (2019-2028) proclamada pelas Nações Unidas, enquanto dos Governos não há quaisquer iniciativas relevantes.

Aprovar Declarações e publicar decretos é fácil, mas falta coragem e vontade política aos Governos para a mudança de políticas, a tomada de decisões e a criação dos instrumentos legais e financeiros para implementar medidas que valorizem e promovam a Agricultura Familiar, o direito das populações a alimentação com os nossos bons produtos e a Soberania Alimentar do país.

Urge mudar de políticas e centrar as prioridades na produção local de alimentos, valorizar espécies e raças autóctones, restaurar a biodiversidade, combater a desertificação humana, desenvolver as economias regionais e promover a coesão territorial.

Por isso a CNA, com as Associações da Agricultura Familiar, luta por um Mundo Rural vivo, com muitos agricultores familiares a produzir e a promover outras actividades económicas, particularmente na transformação e comercialização das produções.

Somos 94% das explorações, mas, para os Governos anteriores e o actual, submetidos à UE e ao agro-negócio internacional, o mal vem de quem pouco tem. Governos que impõem filtros à atribuição do Estatuto da Agricultura Familiar e a não implementação das medidas consagradas no Estatuto, o que faz com que muito poucos se tenham candidatado ao título de detentor do Estatuto. Destes, muitos foram excluídos ou não renovaram o título, porque o Governo limita o alcance deste Estatuto. Dos 4.435 candidatos, apenas havia 657 detentores do título em Dezembro de 2025.

O 10º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar afirma que sem respeitar quem trabalha a terra e sem políticas para promover a Declaração dos Direitos Camponeses, a degradação ambiental vai agravar-se, a fome e a miséria vão continuar a ser a realidade para milhões de seres humanos.

Por isso, a luta dos pequenos e médios agricultores portugueses vai continuar pela concretização do Estatuto da Agricultura Familiar, engrossando a luta camponesa de todo o mundo para o cumprimento da Declaração dos Direitos Camponeses.

Por isso, a CNA reclama que o Governo reformule os critérios para atribuição do Estatuto e crie, de forma participativa, um Programa Integrado de Promoção e Valorização da Agricultura Familiar. Este programa deve ter a dotação necessária no Orçamento do Estado.

Reafirmamos hoje que a luta pela concretização do Estatuto, pela implementação dos Direitos Camponeses, pela Soberania Alimentar, pelo direito à terra e a produzir e por um trabalho justamente remunerado vai continuar até que haja justiça nos campos.

12. Floresta

A floresta portuguesa é uma componente fundamental do território, da economia e da vida das populações rurais. É fonte de rendimento e de matérias-primas, sustenta actividades económicas e emprego, protege os solos e a água, preserva a biodiversidade

e a paisagem e desempenha um papel essencial no equilíbrio ambiental do país. Defender a floresta é, por isso, também defender o Mundo Rural e as populações que nele vivem.

Uma parte muito significativa desta floresta pertence a pequenos proprietários, muitos deles agricultores e produtores florestais que, geração após geração, cuidaram das suas parcelas e contribuíram para manter os territórios ocupados e produtivos. Não aceitamos, por isso, que os pequenos proprietários sejam sistematicamente apresentados como responsáveis pelo abandono ou pelos incêndios, quando são confrontados com condições económicas que tornam cada vez mais difícil cuidar e gerir a floresta.

Sem rendimento não há gestão florestal. Os baixos preços pagos pela madeira e por outros produtos da floresta, associados ao aumento dos custos da mão-de-obra, das máquinas, dos combustíveis e das operações silvícolas, tornam muitas intervenções economicamente inviáveis. Não se pode exigir ao pequeno proprietário que limpe, desbaste, faça podas, mantenha acessos e invista continuamente na sua propriedade quando o rendimento obtido com a produção florestal não permite pagar esses trabalhos.

Esta realidade favorece o abandono, precisamente o contrário daquilo que o país necessita. Uma política florestal eficaz tem de começar por valorizar economicamente a produção e assegurar rendimento a quem gere e cuida da floresta, combatendo os desequilíbrios existentes nas fileiras e reforçando a capacidade dos pequenos produtores florestais face às grandes empresas do sector.

A política florestal não pode igualmente continuar subordinada a uma visão que olha para a floresta quase exclusivamente enquanto fornecedora de madeira para a indústria. A CNA defende uma floresta de uso múltiplo, capaz de conciliar produção florestal, agricultura, pastorícia, apicultura, produção de frutos, cogumelos e outros produtos silvestres, conservação da natureza e protecção da paisagem.

É necessário apoiar a recuperação e expansão das espécies florestais autóctones, mais adequadas às condições de cada território, valorizando os sistemas tradicionais e multifuncionais e criando condições para que a sua utilização seja também economicamente atractiva para os proprietários. A diversidade de espécies e de usos deve

constituir um elemento central da política florestal, em contraponto à homogeneização da paisagem e às grandes extensões contínuas de monocultura.

Os incêndios rurais não se combatem apenas quando o fogo começa. A prioridade tem de ser a prevenção, através da gestão permanente do território, apoiando quem nele vive, trabalha e produz. O progressivo desaparecimento da agricultura e da pecuária, o envelhecimento das populações e o abandono dos territórios criaram enormes extensões sem actividade produtiva e contribuíram para uma crescente acumulação de material combustível.

A prevenção dos incêndios exige, por isso, mais agricultura, mais pecuária, mais pastores e mais produtores florestais no território. O pastoreio deve ser reconhecido e apoiado enquanto instrumento de gestão da vegetação e de redução da carga combustível, articulando a criação animal com a gestão florestal.

Da mesma forma, é fundamental recuperar e promover o mosaico agroflorestal, alternando áreas florestais com culturas agrícolas, pastagens, espaços de criação animal e outras utilizações do solo. Uma paisagem diversificada e produtiva aumenta a descontinuidade do combustível e contribui, simultaneamente, para a produção de alimentos, a criação de rendimento e a fixação de população.

A política de prevenção não pode continuar assente fundamentalmente em obrigações, proibições e penalizações para os proprietários. É necessário substituir uma política que responsabiliza quem tem pequenas parcelas por uma política pública que dê condições para as gerir, com apoio técnico de proximidade, serviços públicos florestais reforçados, investimento, incentivos adequados e estruturas colectivas de gestão em que os proprietários tenham efectiva participação.

Uma floresta viva precisa de pessoas. Não haverá prevenção eficaz dos incêndios nem uma gestão sustentável da floresta sem rendimento para quem dela cuida. Portugal precisa de uma política florestal que valorize os pequenos proprietários, remunere a produção, diversifique a floresta, recupere as espécies autóctones e volte a integrar agricultura, pecuária e floresta numa paisagem produtiva e diversificada.

13. Baldios

Cinquenta anos depois da aprovação da 1ª Lei dos Baldios do Portugal democrático, os baldios continuam a constituir um património único, com uma longa tradição histórica. Estas áreas comunitárias, desde sempre, impactaram a vida social e económica das comunidades rurais. A sua importância manifesta-se em áreas como a agricultura, a pastorícia, a gestão florestal, a valorização da paisagem e a preservação dos recursos naturais.

Ao longo das últimas cinco décadas de evolução do enquadramento legal dos baldios, num percurso que levou à reorganização das Assembleias de Compartes, dos Conselhos Directivos e das suas estruturas representativas, a CNA tem reconhecido e valorizado o trabalho desenvolvido em defesa da propriedade comunitária, bem como o contributo de todos os compartes, agricultores, criadores de gado e pastores que, apesar das inúmeras dificuldades e dos obstáculos que enfrentam, continuam a assegurar a actividade agrícola e pecuária nestes territórios.

No que respeita à sua relação com a actividade agrícola e pecuária, os baldios têm sido, ao longo das últimas décadas, alvo de medidas e procedimentos administrativos que têm condicionado a sua utilização para efeitos de pastoreio e de acesso aos apoios públicos. Entre estes, destacam-se os critérios de elegibilidade das áreas de pastoreio, incluindo a aplicação de coeficientes de redução de 50% da superfície elegível, bem como as sucessivas operações de revisão do parcelário, que têm conduzido à desclassificação de áreas anteriormente consideradas elegíveis. Estas alterações têm-se traduzido numa diminuição significativa das superfícies consideradas para efeitos de atribuição dos apoios da PAC. Acresce uma carga burocrática e administrativa excessiva nos procedimentos de atribuição e utilização destas áreas pelos compartes. No seu conjunto, estes constrangimentos penalizam os agricultores que utilizam os territórios comunitários para o pastoreio dos seus animais, comprometendo a viabilidade económica das explorações e dificultando o aproveitamento sustentável destes espaços.

Os baldios continuam a desempenhar um papel indispensável na sustentabilidade económica, social e ambiental do mundo rural. Contribuem para a criação de riqueza, a

conservação dos recursos naturais, a valorização da paisagem, o apoio à agricultura e à pastorícia e à fixação das populações nos seus territórios.

Apesar da sua importância, persistem interesses e pressões que ameaçam fragilizar este património colectivo e desvirtuar a sua função comunitária. É assim, essencial, consolidar a unidade em torno da sua defesa e afirmar, de forma inequívoca, que os baldios pertencem às comunidades que deles cuidam e usufruem, pelo que a rejeição da intenção do Governo de impor uma nova geração de protocolos de cogestão – onde os recursos e o poder ficam do lado do ICNF – deve ser promovida.

Defender os baldios é defender os direitos das comunidades locais, a Agricultura Familiar e a pastorícia, bem como o futuro do Mundo Rural e a sua sustentabilidade. É uma responsabilidade colectiva que exige compromisso, união e acção.

14. Organização, solidariedade e luta pelo futuro da Agricultura Familiar

Desde a sua fundação, em 1978, a CNA percorreu um longo caminho de defesa dos pequenos e médios agricultores, da Agricultura Familiar, dos compartes dos Baldios e do desenvolvimento do Mundo Rural. Uma história construída com os agricultores e as suas organizações, levando as suas reclamações aos centros de decisão, mas também às ruas sempre que foi necessário lutar pelos seus direitos.

Ao longo de quase cinco décadas, a CNA afirmou uma defesa intransigente da Agricultura Familiar, do direito a produzir, de preços justos e de rendimentos dignos, do acesso à terra e à água, da produção nacional e da Soberania Alimentar. Defendeu os Baldios enquanto património das comunidades e os direitos dos Compartes, a floresta, os serviços públicos e a criação de condições para que as populações possam viver e trabalhar no Mundo Rural.

Esta é uma história feita com os agricultores e não em nome dos agricultores. A força da CNA está nas suas filiadas, nos seus dirigentes, trabalhadores e, acima de tudo, nos milhares de agricultores e agricultoras que participam, reivindicam e lutam. Uma força construída a partir do território, congregando associações e federações de agricultores, produtores florestais, compartes dos baldios e organizações ligadas ao desenvolvimento rural.

Este vasto trabalho deu à CNA um reconhecimento que ultrapassa largamente o seu movimento associativo. A sua intervenção junto dos sucessivos Governos, da Assembleia da República e dos organismos da Administração Pública, bem como a presença permanente em Bruxelas e a participação nos espaços de representação e diálogo das instituições europeias, permitem levar a voz dos pequenos e médios agricultores portugueses aos locais onde se decidem as políticas que condicionam o seu futuro. Esse percurso e a importância do trabalho desenvolvido estão também reflectidos no reconhecimento institucional alcançado pela Confederação.

Mas a CNA nunca separou a intervenção institucional da luta. Foram muitas as batalhas travadas ao longo destes anos, nas explorações, nas aldeias, nas estradas e nas ruas. As recentes concentrações, manifestações e marchas de tractores voltaram a demonstrar a capacidade de mobilização dos agricultores perante os baixos preços pagos à produção, o aumento dos custos e políticas que continuam a não dar resposta aos problemas da Agricultura Familiar.

Esta luta não se faz isoladamente. Continuaremos a procurar a convergência com outras organizações e sectores da sociedade que defendem uma agricultura ao serviço do país e um Mundo Rural vivo. E continuaremos solidários com os agricultores e camponeses de outros países, nomeadamente através da Coordenadora Europeia Via Campesina e da Via Campesina, partilhando a luta pela Agricultura Familiar e Camponesa, pela Soberania Alimentar, pelos Direitos Camponeses, pela solidariedade e pela paz entre os povos.

Chegamos ao 10º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar com a experiência de quase meio século, mas é sobretudo para o futuro que olhamos.

Os próximos anos serão decisivos. Perante o desaparecimento de explorações agrícolas, a degradação dos rendimentos, a concentração da terra e da produção e o crescente domínio do agro-negócio e da grande distribuição, não basta resistir: é preciso organizar, mobilizar e lutar para mudar.

Queremos um país com mais agricultores e agricultoras, e não menos. Queremos jovens que encontrem na agricultura um projecto de vida. Queremos preços justos, rendimento digno e políticas públicas que favoreçam quem trabalha e produz. Queremos os Baldios

nas mãos dos compartes, uma floresta viva e cuidada, a terra e a água ao serviço da produção e um Mundo Rural com população, actividade económica e serviços públicos.

É para estes objectivos que temos de reforçar a CNA e as suas Filiadas, trazer mais agricultores para a organização e aumentar a nossa presença e capacidade de mobilização nos territórios. Onde houver agricultores a lutar pelos seus direitos, compartes a defender os seus Baldios ou populações a lutar pelo futuro do Mundo Rural, aí deverá estar a CNA.

Não aceitamos como inevitável o desaparecimento de milhares de agricultores e de explorações familiares. Não aceitamos uma agricultura em que quem produz não consegue viver dignamente do seu trabalho enquanto outros acumulam lucros à custa da produção e dos consumidores.

A Agricultura Familiar tem futuro. Mas esse futuro não nos será oferecido. Terá de ser construído e conquistado.

Construído com propostas, organização e solidariedade. Conquistado através de uma CNA e de Filiadas mais fortes, com mais agricultores organizados e, sempre que necessário, com a mobilização e a luta nas ruas e nas estradas.

Foi assim que chegámos até aqui. Será assim que avançaremos.

Do 10º Congresso saímos, por isso, com um compromisso renovado para os próximos anos: reforçar a organização, aumentar a mobilização, alargar a unidade e a solidariedade e intensificar a luta por uma Agricultura Familiar com futuro e por um Mundo Rural vivo.

Sempre com os Agricultores!

Viva a Agricultura Familiar!

Viva a CNA e as suas Filiadas!

Vila Real, 15 de Novembro de 2026